

História de vida de egressas do sistema prisional

Life story of ex-prisoners

La historia de vida de los ex presos

Beatriz Brandão de Araújo Novaes¹, Joyce Karen Rocha Alves Pereira², Maria Liz Cunha de Oliveira³, Maria Aparecida Penso⁴

Como citar: Novaes BBA, Pereira JKRA, Oliveira MLC, Penso MA. História de vida de egressas do sistema prisional. REVISA. 2022; 11(2): 244-57. Doi: <https://doi.org/10.36239/revisa.v11.n2.p244a257>

REVISA

1. Universidade Católica de Brasília.
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1833-3626>

2. Universidade Católica de Brasília.
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-7400-1896>

3. Universidade Católica de Brasília.
Brasília, Distrito Federal, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5945-1987>

4. Universidade Católica de Brasília.
Brasília, Distrito Federal, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5945-1987>

Recebido: 21/01/2021
Aprovado: 12/03/2021

RESUMO

Objetivo: Relatar o desenvolvimento do trabalho de campo com uso do método história de vida com mulheres egressas do sistema prisional do Distrito Federal e RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico). **Método:** Trata-se de relato de experiência enfatizando os aspectos dessa vivência por meio de ferramentas originárias de estudos do método história de vida. Apresentam-se os caminhos adotados ao longo do desenvolvimento da coleta, registro e análise das informações, utilizando a observação participante e entrevista clínica. Seguiu-se o padrão cíclico do método proposto por Gaulejac, no qual os dados obtidos foram repetidamente aprofundados por outras observações e análises. **Resultado:** As técnicas utilizadas mostraram-se valiosas para a revelação psicológica. **Conclusão:** As vivências na entrevista clínica foram momentos ricos em aprendizado e investigação, percebendo a amplitude da influência que as dimensões psicossociais têm no cotidiano e comportamentos humanos. O desenvolvimento da habilidade de olhar da psicologia social pode aperfeiçoar as práticas de saúde.

Descritores: Pesquisa em Psicologia; Egressos do sistema prisional; História de vida.

ABSTRACT

Objective: To report the development of fieldwork using the life history method with women from the prison system of the Federal District and RIDE (Integrated Region of Economic Development). **Method:** This is an experience report emphasizing the aspects of this experience through tools originating from studies of the life history method. The paths adopted throughout the development of information collection, recording and analysis are presented, using participant observation and clinical interview. The cyclic pattern of the method proposed by Gaulejac was followed, in which the obtained data were repeatedly deepened by other observations and analyses. **Results:** The techniques used proved to be valuable for psychological revelation. **Conclusion:** The experiences in the clinical interview were moments rich in learning and research, realizing the extent of the influence that psychosocial dimensions have on daily life and human behaviors. The development of the ability of the social psychology look can improve health practices.

Descriptors: Research in Psychology; Ex-prisoners; Life's history.

RESUMEN

Objetivo: Informar sobre el desarrollo del trabajo de campo utilizando el método de historia de vida con mujeres del sistema penitenciario del Distrito Federal y RIDE (Región Integrada de Desarrollo Económico). **Método:** Este es un informe de experiencia que enfatiza los aspectos de esta experiencia a través de herramientas que se originan en estudios del método de historia de vida. Se presentan los caminos adoptados a lo largo del desarrollo de la recolección, registro y análisis de la información, utilizando la observación participante y la entrevista clínica. Se siguió el patrón cíclico del método propuesto por Gaulejac, en el que los datos obtenidos fueron profundizados repetidamente por otras observaciones y análisis. **Resultados:** Las técnicas utilizadas demostraron ser valiosas para la revelación psicológica. **Conclusión:** Las experiencias en la entrevista clínica fueron momentos ricos en aprendizaje e investigación, dándose cuenta del alcance de la influencia que las dimensiones psicosociales tienen en la vida cotidiana y los comportamientos humanos. El desarrollo de la capacidad de la mirada de psicología social puede mejorar las prácticas de salud.

Descriptor: Investigación en Psicología; Ex presos; Historia de vida.

Introdução

As pessoas utilizam constantemente um complexo sistema de significados - o qual constitui sua cultura - para organizar o seu comportamento e compreender o mundo em que vivem. Enquanto sujeitos, carregam consigo a sua historicidade. Para a perspectiva da psicossociologia e da sociologia clínica o sujeito é compreendido como um ser social. O conceito de sujeito social aglutina uma dimensão de intersubjetividades, que se constitui a partir das relações familiares e sociais. "Enquanto sujeito, participa na elaboração de um sentido e de uma identidade coletiva que, em retorno, alimenta a sua singularidade".¹ O conceito de sujeito social aglutina uma dimensão de intersubjetividades, que se constitui a partir das relações familiares e sociais. "Cada membro enquanto sujeito, participa na elaboração de um sentido e de uma identidade coletiva que, em retorno, alimenta a sua singularidade".¹ As questões psíquicas que o individualizam e o colocam como um sujeito multideterminado, são pontos fundamentais e estruturantes.¹⁻²

Já a historicidade, por sua vez, pode ser compreendida como a maneira como o sujeito significa, reconhece a sua história e é capaz de atuar nela, estabelecendo estratégias que sejam legitimadas pela cultura e condição socioeconômica; é a tensão que se estabelece entre reprodução e inovação; é nesse intervalo que o sujeito constrói sua historicidade.³ A articulação entre essas duas dimensões faz-se imprescindível, pois, levar-se em conta somente as dimensões psíquicas seria culpabilizar o sujeito e colocá-lo de forma impotente perante a sua história.

Por outro lado, os determinantes sociais analisados de maneira isolada não correspondem à potência de significados que o sujeito pode atribuir à sua própria história. Após a exposição da maneira como a psicossociologia e a sociologia clínica se estruturam e compreendem os fenômenos relacionados ao sujeito e à sua historicidade, essas abordagens de diferentes áreas do conhecimento, conduzem à utilização da fundamentação teórica de acordo com os métodos e os resultados a serem obtidos.

Em se tratando do método, história de vida ou relato de vida, por sua vez, estabelece as estratégias de coleta de dados do homem no contexto das relações sociais e se compromete com o processo de rememoração e reconstrução do vivido pelo sujeito.⁴ O relato da história de vida não corresponde à descrição objetiva do vivido, mas ao ato de contar a própria história que se dá na construção e reconstrução da vida de uma pessoa.⁵ A partir das inúmeras situações experienciadas e dos significados atribuídos por cada um, permite ao pesquisador conhecer os entrelaçamentos e tensões entre o vivido, o adquirido e o imaginário. Neste sentido, não há uma prerrogativa de veracidade dos fatos. Compreende-se, no entanto, que a maneira como o sujeito apreendeu o vivido viabiliza o acesso ao seu universo simbólico, relacional e ao seu contexto social.⁶⁻

10

O processo de narrar possibilita que o sujeito construa outras perspectivas sobre seu passado, presente e futuro, podendo se apropriar da própria história de vida, compreendendo as determinações intersistêmicas referente aos aspectos psicológicos, sociais e históricos e, a partir disso, possibilita modificar os

caminhos que foram percorridos na sua trajetória de pessoal.¹¹ Conhecer sua história e ter consciência dela pode ser um caminho para o desenvolvimento pessoal.

As histórias de vida permitem três perspectivas diferentes, são elas: posições ocupadas a partir de indicadores sócio profissionais; acontecimentos individuais e familiares que tiveram influência sobre a trajetória e as transformações históricas que interferiram na trajetória do sujeito.³ O sujeito, ao narrar sua história de vida, pode refletir, reformular e transformar seu destino previamente traçado, bem como situar sua história de vida no contexto sócio-histórico de quem a conta.^{2,12} “O método autobiográfico permite compreender as circularidades dialéticas entre o universal e o singular, entre o objetivo e o subjetivo, entre o geral e o particular”.¹²

Essas investigações trazem contribuições para a atuação dos profissionais psicólogos, considerando os elementos de uma determinada realidade, e produzem novos conhecimentos a partir da perspectiva dos atores envolvidos.

No que diz respeito à população de mulheres egressas do sistema prisional, além da perspectiva específica que se estabelece através do método, há uma escassez de produção na literatura científica sobre o tema.¹³⁻¹⁴

Dados de levantamentos nacionais demonstram que o encarceramento feminino tem aumentado de forma vertiginosa no Brasil. O “Relatório Temático Sobre Mulheres Privadas de Liberdade”, do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN Mulheres) de 2017, aponta que, no primeiro semestre do referido ano, o quantitativo de mulheres encarceradas correspondia a 37.828 em todo o território nacional. Segundo dados do relatório de 2014, entre os anos de 2006 e 2014, a população carcerária feminina aumentou 567,4%, ao passo que a população carcerária masculina, 220%, o que coloca o Brasil na posição de quinta população carcerária feminina no mundo.¹⁵⁻¹⁷ Isto por si só é um dado alarmante, considerando que somente 7% dos presídios do país são femininos e 18% são mistos, mesmo com a previsão da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que garante a separação dos estabelecimentos prisionais femininos e masculinos.¹⁷

Os dados estatísticos estão perpassados por outras questões que apontam para a complexidade da situação. Das mulheres encarceradas, 50% são jovens, considerando a faixa etária entre 18 e 29 anos, e 21% estão na faixa etária entre 40-45 anos. Possuem baixa escolaridade, 68% são negras e 62% estão cumprindo pena por tráfico de drogas.¹⁵⁻¹⁶ A Lei antidrogas nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, favoreceu o aumento da população carcerária feminina de maneira significativa, e exemplifica, inclusive, com a quantidade de presídios que surgiram nos últimos dez anos. No país, são 1.424 unidades prisionais, sendo que quatro em cada dez têm menos de dez anos de existência.¹⁵

Uma em cada quatro mulheres em cumprimento de pena no Distrito Federal passou pelo sistema socioeducativo quando adolescente e 80% possuem filhos fora da prisão e declaram ter outros familiares em cumprimento de pena, sendo 15% os companheiros e 45% algum outro familiar.¹⁸⁻¹⁹ O relatório “Tecer Justiça: presos e presas provisórios da cidade de São Paulo” apontaram ainda que 81,2% das mulheres em situação prisional eram mães, sendo que 14,1% tinham cinco filhos ou mais, e 64% das mulheres em cumprimento de pena eram

responsáveis pelo sustento de sua família.²⁰ Com o passar dos anos, as mulheres deixaram de ocupar uma posição secundária no que diz respeito ao encarceramento e, por volta dos anos 2000, o Brasil iniciou uma mudança no perfil de pessoas encarceradas, vivenciando um fenômeno que pode ser chamado de feminização dos presídios.¹⁸ Esse mesmo fenômeno foi observado nos países europeus em períodos anteriores e na América Latina em período análogo ao do Brasil.

No que diz respeito ao grau de instrução, apesar da baixa escolaridade constatada no grupo de mulheres em cumprimento de pena, elas ainda apresentam maior escolaridade do que os homens em situação análoga e 25% das mulheres em cumprimento de pena estão envolvidas em alguma atividade relacionada à formação educacional e/ou profissional.¹⁶

Os dados brasileiros condizem com o cenário da América Latina onde, em 2011, 94% das mulheres presas eram mães e possuíam em média três filhos e 63,5% eram a principal fonte de renda da família.²¹ Para além, discorrer sobre a questão da mulher aprisionada requer observar alguns aspectos, trata-se de um sistema em que há uma ausência de políticas públicas que lhes assegurem direitos básicos, as mulheres são um público majoritariamente esquecido no sistema prisional, nota-se questões relacionadas ao gênero, desigualdade social, saúde coletiva e direitos humanos, que acentuam os processos de sofrimento da realidade do vivido pelas mulheres que passam pela condição de apenadas.²²

A trajetória histórica das mulheres como sujeito social é marcada por subordinação no campo privado e invisibilidade em espaços públicos e mesmo com as transformações da lógica do capital e os novos papéis sociais que a mulher passou a ocupar na sociedade, os mecanismos patriarcais ainda imperam nas relações, tais aspectos reverberam nas experiências de cárcere, inclusive destaca-se que ao se tornarem egressas a estigmatização sofrida pelas mulheres se atrela às condições sexistas que geram sentimentos de auto culpabilização, fracasso e submissão.²³

As condições carcerárias se constituem como violadoras de direitos humanos e o encarceramento tem consequências para a mulher e para sua família, tanto no que diz respeito aos vínculos quanto à capacidade de sustento e reinserção social.²⁴

As consequências da sanção penal se estendem aos familiares e a grupo de pares e têm efeitos psicológicos, sociais e econômicos (Cabral & Medeiros, 2015). Goffman (2004) afirma que o estigma se propaga em ondas decrescentes aos membros da família nos ambientes institucionais que frequentam. O conceito de estigma se relaciona de forma direta com a construção da identidade do sujeito, podendo estar vinculado a uma questão do corpo, caráter, tribo, raça ou religião, mas é sempre um atributo depreciativo sobre o *status* moral do indivíduo. O autor define o estigma como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”.²⁵

Há uma tendência de generalização que é possível observar em relação ao estigma, essa marca reduz o indivíduo ao seu grupo, sem levar em consideração as suas peculiaridades identitárias e as diferenças entre os membros do grupo estigmatizado. O estigma e o lugar de exclusão social em torno das apenadas são transferidos para a família, o que faz com que a sociedade se relacione com ambas

como se fossem apenas um, e isto se estende inclusive no momento de vida pós-cárcere.²⁶

O objetivo do presente artigo é relatar a experiência das autoras na condução e desenvolvimento do trabalho de campo com uso do método história de vida com mulheres egressas do sistema prisional do Distrito Federal e RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico).

O relato de experiência se caracteriza como um dos métodos importantes na produção científica, principalmente no que tange as áreas que se implicam nos processos subjetivos, tem-se que é uma construção teórico-prática pautada na experiência em si, que se molda através do olhar do sujeito que pesquisa, em face ao seu contexto histórico e cultural.²⁷

Na perspectiva das pesquisas qualitativas, o relato de experiência se delinea como uma produção que requer processos de memória e implicação do sujeito, o qual foi afetado pela experiência, há uma multiplicidade de opções teórico metodológicas, com o intuito de uma elaboração narrativa descritiva, interpretativa e compreensiva dos fenômenos em questão, ancorada num arcabouço teórico e tempo histórico em que se sucedem.²⁷⁻²⁸

Método

Este trabalho utiliza como base teórico-metodológica os estudos da Psicologia Social, que se constitui como campo interdisciplinar, abrangendo conhecimentos tanto das Ciências Sociais quanto da Psicologia. Dessa forma, o método que orientou a construção do relato foi a história de vida, ou relato de vida é um método biográfico que se compromete com o processo de rememoração e reconstrução do vivido pelo sujeito.⁴ A partir das inúmeras situações experienciadas e dos significados atribuídos por cada um, permite ao pesquisador conhecer os entrelaçamentos e tensões entre o vivido, o adquirido e o imaginário. É um método necessariamente histórico, dinâmico e dialético, que pode narrar através de um caso individual, uma realidade partilhada por um grupo.^{7-8,10}

Para acessar as participantes, o campo de pesquisa inicialmente construído foi o contato com a Fundação de Apoio ao Apenado (Funap), criada pela Lei 7.533, de 2 de setembro de 1986, e cuja principal finalidade é contribuir para a inclusão e reintegração de pessoas presas, por meio da capacitação e inserção profissional intra e extramuros. Através da articulação com a Funap, obteve-se acesso à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), para a qual as mulheres inseridas nesta pesquisa prestam serviços, por convênio formado entre essas duas instâncias.

Foram entrevistadas sete mulheres egressas do sistema prisional, residentes no Distrito Federal e/ou RIDE (Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico), com idade entre 20 e 45 anos, dentre elas cinco cumpriam regime domiciliar e duas estavam no semiaberto. Com relação ao estado civil das entrevistadas, cinco eram solteiras e duas casadas, entre elas – solteiras e casadas – quatro possuem filhos. No tocante à escolaridade, uma participante possui ensino médio incompleto, três possuem ensino médio completo, uma possui ensino técnico incompleto e duas possuem o ensino superior incompleto.

As participantes foram previamente selecionadas para a entrevista clínica pelo gestor imediato no trabalho e posteriormente segundo critérios de inclusão, após essa primeira seleção, verificou-se a disponibilidade de tempo e desejo de expressar sua vivência. Tendo em vista os requisitos para seleção dos informantes-chave. Não foi estabelecido critério de exclusão com relação ao tempo de saída do sistema prisional ou ao tipo de delito cometido.

Foram utilizados três instrumentos para coleta de dados: entrevista clínica semiestruturada, árvore genealógica e trajetória social.

A entrevista clínica semiestruturada compõe-se de um roteiro previamente elaborado, que pretende ao mesmo tempo fazer emergir os significados subjetivos, através da fala do sujeito, e ater-se ao objetivo da pesquisa. É utilizado para conhecer e estudar o conjunto de valores, normas e representações de cada indivíduo. Foi dividido em três momentos: 1º momento: Compreensão sobre a história do participante: aspectos familiares, sociais e históricos que marcaram sua trajetória de vida. 2º momento: A vivência do conflito com a lei e do encarceramento 3º momento: As expectativas e recursos para o futuro extramuros.²⁹

A árvore genealógica é uma representação gráfica dos membros que compõem uma família, sendo levadas em consideração as três ou quatro últimas gerações, explicitando nome, idade, profissão, local geográfico, etc. O instrumento relaciona-se com a origem socioafetiva do indivíduo e permite compreender quais são os elementos presentes enquanto herança familiar, a relação do indivíduo com a história de vida da família e como essa interfere no destino pessoal do sujeito.³

O esquema de análise de trajetórias sociais é visual e pretende ilustrar o caminho e elucidar a transição entre a posição herdada e a posição adquirida do sujeito na sua própria história. Para tal, se constrói a história do sujeito a partir de três linhas paralelas, que põem em perspectiva as características das diversas posições sociais ocupadas a partir de indicadores sócio-históricos, os principais acontecimentos pessoais e familiares e os acontecimentos históricos e mudanças sociais que interferiram em seu curso de vida.³

Durante o percurso da coleta de dados, incluiu-se mais uma etapa no processo, que consistiu na devolutiva para cada uma das entrevistadas. A devolutiva consistia em uma organização prévia dos dados e a construção de uma narrativa que contemplasse a história trazida por cada participante nos diversos momentos e a leitura para a participante. Nesse momento, foi indicado que elas poderiam mudar qualquer coisa da história ou mesmo suprimir alguma informação, caso não se sentissem à vontade. Além disso, foi solicitado que a participante escolhesse para si um pseudônimo que iria ser usado no trabalho.

Ao longo do trabalho de campo, adotou-se como prática a elaboração de um diário de campo onde eram descritas as intervenções, a data e duração, conversas informais e as impressões da pesquisadora. As situações vividas de mobilização emocional, como choro, olhos lacrimejantes, mudança no tom de voz, eram registradas logo após a entrevista no diário de campo, buscando lembrar os detalhes observados. De certa forma, essas cenas puderam ser descritas apenas de forma parcial, contendo a minha percepção como mestranda,

e segundo o tempo e o espaço em que me localizava, já que muitos eventos ocorriam ao mesmo tempo.

No diário de campo constaram as experiências, ideias, problemas ou outras percepções que surgiram durante o trabalho de campo. Os registros analíticos e interpretativos expressaram as reflexões, generalizações e interpretações da leitura dos registros anteriores.

A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a março de 2021, perfazendo três meses de trabalho de campo. Todos os encontros ocorreram nas dependências da Novacap, local de trabalho das mulheres, em espaço cedido para uso da pesquisa durante a realização das entrevistas e demais etapas. Os encontros ocorreram de maneira individual, tendo aproximadamente 1 hora e 30 minutos de duração cada.

No campo dessa investigação, a escuta está relacionada com “o que as egressas dizem sobre si mesmas”, o que já representa uma ação, pois falar e ouvir trata-se de uma intervenção psicossocial, logo, permite a egressa reconhecer-se como sujeito e contribui para que ela narre e escute sua própria história de vida por outra perspectiva.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e, em seguida, os textos foram revisados em relação à ortografia, sem que a essência fosse modificada. Foram construídas narrativas gerais com o intuito de organizar as histórias a partir de um fluxo lógico temporal dos fatos.

Após isso, as informações foram submetidas a tratamento e análise, por meio da técnica de análise de conteúdo, a qual foca na fala, como elemento que viabiliza a compreensão de conteúdos latentes. Tal método de análise consiste num conjunto de técnicas que visam obter, através de procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência e interpretação das mesmas, respeitando-se as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e inferência dos resultados.³⁰

As categorias de análise foram construídas posteriormente à organização dos dados. A primeira etapa se deu através da leitura das narrativas e eleição de tópicos relevantes para análise, a partir da perspectiva teórica da psicossociologia. A segunda etapa estruturou-se a partir dos temas comuns que eram transversais às histórias. A terceira etapa ocorreu com a elaboração de uma tabela que contemplava os temas, categorias e falas literais de cada participante, evidenciando-se, assim, o que de fato era mais frequente e marcante. Cumpre destacar que a mesma categoria pode contar semelhanças ou antagonismos de análise.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília sob o CAAE:99199118.0.0000.0029 e possui financiamento pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP- DF).

Resultados e Discussão

A seguir, serão discutidos os caminhos metodológicos adotados desde a entrada no campo, utilização das técnicas da observação participante e entrevista etnográfica, diário de campo, análise das informações e saída do campo.

Entrada no campo

A entrada no campo ocorreu por meio de facilitadores que contribuíram na realização deste estudo. Inicialmente, foram realizados contatos prévios com pessoas identificadas como *middleman*, isto é, aquelas que conheciam o local e poderiam intermediar outros contatos e informações sobre o cenário do estudo junto à Funap. Essa entidade tem por finalidade fazer contribuições de inclusão e reintegração social de ingressos e egressos do sistema prisional.

Por ocasião da solicitação de autorização para a realização do estudo, foi contactada a diretora da instituição, que realizou uma apresentação geral dos possíveis locais para a pesquisa.

Em um segundo momento, foi realizada uma reunião na instituição para apresentar os objetivos do projeto de pesquisa, tal como para verificar a possibilidade de início da coleta de dados, na qual inicialmente previa-se a realização de três encontros com cada egressa, a saber: 1º Realização de uma entrevista clínica sobre a história de vida; 2º Construção de árvore genealógica; 3º Análise de trajetória social. Foi explicitado que se pretendia realizar esses encontros de maneira individual e no local em que as egressas realizavam suas atividades laborais.

Após essa reunião, o desenvolvimento da pesquisa foi aprovado e foram feitas articulações entre a instituição e uma de suas empresas conveniadas, na qual ficou estabelecido que as atividades da pesquisa poderiam ser desenvolvidas em dois polos distintos de uma mesma organização, que tem caráter de empresa pública do Distrito Federal e possui vínculo institucional com a Secretaria de Estado de Obras.

Apesar da autorização prévia e da disponibilidade encontrada nos gestores imediatos das participantes, no primeiro encontro foi realizado um *rapport* para que fosse explicitado o caráter voluntário de participação e os objetivos da pesquisa. Esses locais empregam as mulheres em funções distintas: no primeiro local, visitado as funcionárias desempenham funções administrativas, no segundo, exercem funções relacionadas à profissão de viveirista.

No que se refere à instituição, foi possível observar que ela atendia sujeitos em caráter de: situação provisória, regime semiaberto, fechado, condicional, suspensão condicional de pena e prisão e domiciliar. À vista disso, percebe-se que tal instituição desenvolve ações no campo do trabalho tanto dentro dos presídios quanto em ambientes organizacionais extramuros.

Análise de implicação do pesquisador

Tendo em vista a utilização da metodologia de história de vida, bem como os objetivos da pesquisa-ação, todo o processo de investigação descrito também foi composto pela noção de análise de implicação do pesquisador, a qual se caracteriza pela compreensão de que os elementos que compõem a trajetória de vida de quem se propõe a investigar não estão dissociados daquilo que se investiga, sendo assim, o pesquisador inclina-se sempre à implicação em um

movimento em que se articulam conhecimento, vida, desejos e o fazer ético (Amado, 2005). A implicação constitui-se como uma ferramenta no processo investigativo que busca compreender de que forma as cenas vividas, ouvidas impactam no próprio pesquisador.³¹⁻³²

Deste modo, é possível verificar que é inviável que o pesquisador esteja neutro no campo de análise, pois no encontro produzem-se possibilidades de reconhecimento, no que diz respeito aos impactos que os processos vividos no ato de pesquisar influem na sua própria história de vida e vice-versa, trazendo um panorama acerca do lugar que esse ocupa nas relações sociais, por exemplo.³³

Conforme o exposto, a análise de implicação torna-se instrumento fundamental do processo de construção de conhecimento, sendo um processo capaz de fazer emergir os aspectos psicológicos e sociais, bem como suas relações, tendo em vista que, quando em contato com a instituição, o pesquisador é capaz de trabalhar com a via dos sentidos, a experiência que se distancia de investigar objetivamente os fenômenos alcança as significações.¹

Portanto, tal postura clínica na pesquisa pressupõe uma implicação subjetiva que conduz o pesquisador ao reconhecimento dos aspectos da sua trajetória na articulação e composição das suas produções intelectuais.³¹

Contudo, essa relação, que culmina em processos psicossociais, não resulta em caracterizar a implicação como uma espécie de junção emocional entre pesquisador e pesquisado, trata-se de um trabalho metodológico que passa, primeiramente, pela via da fala e escuta, resultando em um investimento de análise do vivido, das dificuldades, expectativas, faltas, privilégios, dando vazão à enunciação das emoções, por exemplo, sendo que toda essa experiência é documentada através da escrita.¹

A elaboração da análise de implicação foi realizada após cada encontro de trabalho em campo, essa produção seguia um roteiro norteador pré-estabelecido pelo grupo de pesquisa. O qual buscava oportunizar um espaço para produção textual fidedigna e espontânea, de reflexão acerca do que foi vivido nas experiências de pesquisar.

Observação participante e entrevista clínica

Conforme as mulheres foram apresentando disponibilidade e desejo para compartilhar suas histórias, foram apresentadas e discutidas questões relativas aos aspectos éticos e metodológicos dos encontros, estando alinhados com a Resolução CNS 510/16.³³ Foi solicitada permissão para gravar a entrevista e informado a respeito da confidencialidade das informações, bem como que não seria elaborado nenhum relatório para a justiça ou para própria Funap sobre o conteúdo dos atendimentos trabalhados durante os encontros. Após prestar todos os esclarecimentos foi obtida a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Durante a realização das intervenções, foi observada uma grande expectativa de que os encontros pontuais com a psicóloga iriam gerar uma espécie de solução para os problemas vivenciados no cotidiano. Houve a necessidade de um espaço de diálogo e clareza sobre a diferença entre uma pesquisa que, apesar de ter uma dimensão interventiva, não tinha uma

perspectiva de um acompanhamento clínico sistemático. Diante da observação dessa demanda, a partir da avaliação de necessidade, foram feitos encaminhamentos para a rede de saúde formal e grupos de autoajuda como narcóticos anônimos.

À medida que as entrevistas ocorriam, mais correlações se estabeleciam entre o paradoxo da vida intramuros e as experiências de reestabelecer uma convivência e uma vida extramuros. As participantes, nos primeiros dias de trabalho externo, relataram uma sensação de que a vida está muito corrida, de ter uma falta de tempo para organizar todas as suas pendências pessoais e seus contatos familiares. No regime semi-aberto as mulheres tinham horário exato para sair e entrar no presídio considerando sua rotina de trabalho e a organização de todas as questões de vida pessoal. Como se o tempo extramuros fosse percebido e vivido de forma diferente ao da rotina imposta institucionalmente. Na dimensão da instituição o tempo era regulado pelas normas impostas e pelo o grupo, fazendo com que a autogestão e as variáveis de uma vida extramuros como por exemplo o trânsito, o tempo de espera do transporte público fossem vividos com estranheza.

Outro aspecto interessante era, o que se pode chamar, os rituais de passagem dos momentos intramuros e extramuros. Ao sair, elas procuravam salão de beleza para cortar, arrumar e pintar os cabelos, e tinham grande preocupação com a diferenciação das vestimentas. Dentro do ambiente prisional, essas mulheres somente podem usar roupas brancas e chinelos e, quando fazem a transição, mesmo que somente no período diurno para estar no trabalho, fazem questão de não serem vistas com as roupas utilizadas. Além da dimensão da aparência a prisão também fixa nos gestos corporais das mulheres, sendo relatado o estranhamento quando no ambiente extramuros elas não precisam andar com as mãos para traz e baixar a cabeça. Relatavam uma sensação de liberdade diante da possibilidade de moverem-se sem regras ou uma imposição de subjugação.) Não se pode reduzir a atuação do sistema penitenciário somente a restrição da liberdade, mas também, a aplicação de castigos diversos em modalidades e intensidade com objetivos variados. É através dos pequenos rituais e do impedimento do exercício de autonomia e espontaneidade que a prisão instaura marcas no psiquismo de cada um que passou por ela. Desde a repressão ao uso de determinadas cores, como identificação de um status até o impedimento de elementos que tenham significado individual.³⁴

Essa dimensão parte da identidade, como se houvesse um espaço social onde ela fosse vista como presa e uma outra onde é vista como cidadã e sujeito. No papel de presa, em função do atravessamento da instituição, perde sua autonomia e possibilidade de construir novas significações cotidianas. No exercício de sua cidadania, pode-se dizer que é uma cidadania pela metade, pois, apesar de trabalhar e transitar pela cidade, está invariavelmente reduzida ao lugar de egressa. O funcionamento das instituições totais prevê essas situações de destituição de símbolos individuais que tem uma relação direta com a identidade do sujeito. Através dessa dinâmica instaura processos de mortificação do self, que tolhem a capacidade do indivíduo de representar a si próprio. A necessária adaptação que o espaço exige associado a segregação compulsória que impõe, faz com que haja a instauração de novas identidades nas relações afetivas,

profissionais e interpessoais. As roupas e os elementos de vaidade feminina podem ser compreendidos como um elemento simbólico de suporte para essa fantasia de cidadania.²⁵

Análise das entrevistas clínicas e saída do campo

À medida que se obtiveram dados das observações e entrevistas, despendia-se de tempo para transcrevê-los e analisá-los, elaborando novas questões para direcionar o trabalho de campo. Ao mesmo tempo, buscava-se apoio teórico em outros estudos de história de vida e no aprendizado do método para direcionar a atuação como pesquisadora.

Ao final do período do trabalho de campo, muito foi aprendido com a realização das sete entrevistas, tanto no que se refere à vivência dos egressos como suas expectativas de futuro.

A saída do campo ocorreu de forma abrupta, com o recomeço de uma situação limite em relação à pandemia de Covid-19. A partir do Decreto do GDF nº 41.874, de 8 de março de 2021, foram suspensas as atividades e as mulheres que estavam em regime semiaberto tiveram uma regressão da pena, retornando ao regime fechado e impossibilitando a continuidade da coleta de dados. Nos dias subsequentes à declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, de que o surto de Covid-19 se tornaria uma pandemia, a maior parte dos entes federativos passou a restringir atividades sociais e econômicas a fim de ampliar o distanciamento social entre indivíduos.

A primeira Unidade Federativa (UF) a adotar uma medida de caráter mandatório foi o DF, no mesmo dia 11 de março, quando foi suspensa a realização de eventos em que envolvesse um grande número de pessoas. Desde então, o grau de restrição se ampliou rapidamente nos estados, municípios, governo federal e governos estrangeiros.

Tendo em vista essa determinação, o grupo de pesquisa passou a realizar a análise das histórias de vida com base nos registros obtidos do trabalho de campo até aquele momento. A primeira etapa envolveu a leitura da amostra identificando as relações semânticas e os termos cobertos e incluídos.

Considerações finais

As vivências no cotidiano da coleta das histórias de vida foram momentos ricos em aprendizado e investigação. Ao finalizar este estudo, a identificação da intersecção das dimensões sociais e psíquicas na trajetória de vida dessas mulheres foi aprendida, compreendendo a amplitude que a dimensão psicossocial tem no cotidiano e nos comportamentos humanos. Ao longo do desenvolvimento das etapas do trabalho de campo, o cenário - incluindo a estrutura física, os atores e suas relações entre si -, as cenas e eventos do cotidiano foram se desvelando e, à medida que as etapas ocorriam, era percebido o vínculo que se constitui entre a pesquisadora e as egressas. Um dos aspectos que havia sido elencado como sendo um importante marcador de análise, foi a questão de gênero. Apesar da pouca literatura disponível sobre mulheres e sua condição de apenas e/ou egressas, há uma unanimidade em afirmar que há, na condição de mulher egressa, um sobrepeso maior do que o experienciado por homens, no

entanto, esta dimensão não foi identificada na fala das participantes. A invisibilidade dos agenciamentos do patriarcado se faz presente mesmo que não haja consciência por parte dessas mulheres.

Esses dados da realidade e as entrevistas clínicas permitiram conhecer o aparato simbólico, as características institucionais e as expectativas de cuidado, segundo a interpretação das mulheres que vivenciam o sistema prisional. Como este momento marcou psicologicamente as participantes e como esta marca se mantém mesmo após a saída da instituição se perpetuando na vida das participantes. As práticas degradantes e humilhantes instauram marcas na subjetividade e a busca pela dignidade é uma necessidade tão premente quanto os elementos materiais da vida.³⁵ Além disso, a aplicação da lógica punitiva distorce e inviabiliza a execução de um dos principais objetivos legais da prisão, que diz respeito a ressocialização.

O primeiro aspecto relevante identificado na fala das participantes é o que se pode chamar de sobrepena dentro do sistema prisional. Além da pena restritiva de liberdade, há o emprego de outros elementos como a restrição e comprometimento da qualidade da comida, da roupa e de outros elementos que podem servir para subjugação do sujeito em cumprimento de pena.

A utilização de um método história de vida favoreceu o direcionamento da atuação no campo, tendo em vista o objetivo que se buscava alcançar. O processo de ouvir os relatos e tecer as histórias foi de fundamental importância para a construção da narrativa, apresentada no momento de devolutiva a cada uma das entrevistadas. Esse foi o momento em que o método se fez prática.

Constantemente se aprende no convívio social de nosso cotidiano, talvez não de forma explícita, como no papel de investigadora. No processo de aproximação com as entrevistadas, a realização das análises de implicação e, por conseguinte, a elucidação dos vieses que cada um de nós possui na escuta também foi ponto relevante. Isso porque nossas crenças e valores são construídos em base sólida e muitas vezes de forma inconsciente, ao longo da vida.

O desenvolvimento da habilidade do olhar psicossocial entre os profissionais de saúde, em especial os de Psicologia, pela proximidade que desenvolvem com os seres humanos que cuidam, pode aperfeiçoar as práticas de saúde.

Agradecimento

A presente pesquisa intitulada Egressos do Sistema Prisional: Histórias que importam foi realizada graças ao apoio e CNPQ, chamamento Público nº 20/2013, processo nº 25000.229370/2013-81.

Referências

1. Barus-Michel J. O sujeito social. Belo Horizonte: Puc Minas; 2004.
2. Gaulejac, V. O sujeito face à sua história: a démarche “romance familiar e trajetória social”. In: Takeuti NM, Niewiadomski C. Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas bibliográficas. (pp. 61-73). Sulina; 2009.

3. Gaulejac, V. A Neurose de Classe: trajetória social e conflitos de classe. Via Lettera; 2014.
4. Le Grand JL. Histórias de vida – Relatos de vida. In: Barus-Michel J, Enriquez E, Levy A(Coords.). Dicionário de Psicossociologia. Climepsi Editores; 2005. pp. 275-280.
5. Gaulejac V. O sujeito face à sua história: a démarche “romance familiar e trajetória social”. In: Takeuti NM, Niewiadomski C (Orgs.). Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas bibliográficas. Sulina: 2009. Pp. 61- 73.
6. Bertaux D. Metodologia do relato de vida em sociologia. 2009.
7. Carreiro TCO. Vidas fazendo história e construindo histórias de vida. In: Conferência dada como Aula Inaugural no Programa de Pós graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Brasília; 2012. pp. 32-46.
8. Helves SS. Depois das grades: trajetória de mulheres egressas do sistema prisional. [Tese]. Universidade Federal de Juiz de Fora; 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/123456789/10186>
9. Silva AP, Barros CR, Nogueira MLM, Barros VA. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método da história de vida. Mosaico: estudos em psicologia. 2007; 1(1), 25-35.
10. Spindola T, Santos R da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). Revista da Escola de Enfermagem da USP [Internet]. 2003 Jun [cited 2020 May 1];37(2):119-26. Available from: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rvCVnHXs6RSXnK7vBgDGL5t/?format=pdf&lang=pt>
11. Nogueira MLM, Barros VA; Araujo ADG, Pimenta DAO. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Pesqui. prá. psicossociais. 2017; 12(2): 466-85.
12. Gaulejac V. El proyecto parental. In: Gaulejac V, Marquez SR, Ruiz ET(Orgs.). Historia de vida: psicoanálisis y sociología clínica. Universidad Autónoma de Querétaro; 2005.
13. Angotti B, Salla F. Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. Rev História de Las Prisiones. 2018; (6): 7-23.
14. Bucher-Maluschke JS, Silva JC, Souza IB. Revisão sobre o presídio feminino nos estudos brasileiros. Psicologia & Sociedade [Internet]. 2019 [citado 2 jul 2022];31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31216159>
15. Borges J. Encarceramento em massa. In: D. Ribeiro (Coord.). Pólen; 2019.
16. Santos T, Vitto RCP. Levantamento nacional de informações penitenciárias: Infopen mulheres. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça; 2014.
17. Silva AD. Mãe / Mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina [publishedVersion na Internet]. [local desconhecido]: Universidade Estadual Paulista (UNESP); 2014 [citado 2 jul 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123964>
18. Diniz D, Paiva J. Mulheres e prisão no Distrito Federal: itinerário carcerário e precariedade da vida. RBCCrim[Online]. 2014 [13 June 2022]; 22(111): 313-29. <http://bdjur.tjdft.jus.br/xmlui/handle/tjdft/21084>
19. Diniz D. Pesquisas em cadeia. Revista Direito GV. 2015; 11(2): 573-86.

20. Cerneka HA. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. *Veredas do Direito*. 2009; 6(11): 61- 78
21. Centro de Estudos Legales y Sociales [CELS]. *Mujeres em prisión: los alcances del castigo*. Ministério Público de la Defensa de la Nación, Procuración Penitenciaria de la Nación de Buenos Aires (p. 35). Siglo XXI Editores; 2011. <https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2011/04/Mujeres-en-prision.pdf>.
22. Dos Santos IG, Da Silva IP, Masullo YA. Mulheres no cárcere: Uma revisão de literatura sobre a realidade das mulheres encarceradas. *Geopauta [Internet]*. 7 out 2020 [citado 2 jul 2022];4(3):255-73. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/rg.v4i3.6837>
23. Cunha EL. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cadernos CEDES [Internet]*. Ago 2010 [citado 2 jul 2022];30(81):157-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-32622010000200003>
24. Rojas-Cavanzo DA, Benkelfat-Perafán K, Mora-Antó A. Narrativas acerca de las relaciones familiares en mujeres en situación de reclusión carcelaria. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez. juv.* 2016; 14 (1): 273-286.
25. Goffman E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª ed. Perspectiva; 2005.
26. Cabral YT, Medeiros BA. A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. *Revista Transgressões*.2015; 2(1): 50-71.
27. Daltro MR, Faria AA. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia [Internet]*. 4 jun 2019 [citado 2 jul 2022];19(1):223-37. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>
28. Macedo RS. *A pesquisa e o acontecimento: compreender situações, experiências e saberes acontecimentais*. Salvador: Edufba; 2016.
29. Giust AC. Entrevista. In: Barus-Michel J, Enriquez E, Levy A (Coords.). *Dicionário de Psicossociologia*. Climepsi Editores; 2005.pp. 262-9.
30. Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Edições 70; 2011.
31. Gebrin A, Andreotti R. Sociologia clínica e psicossociologia: a noção de implicação do pesquisador. *Rev Teoria & Sociedade*. 2016; 24(1): 142-57.
32. Paulon SM. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade [Internet]*. 2005 Dec [cited 2021 May 6];17(3):18-25. Available from: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>
33. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais Brasília, DF, 24 maio 2016.
34. Foucault, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (39a ed.). Vozes; 2011.
35. Gaulejac V. *As origens da vergonha*. Via Lettera Editora e Livraria; 2006.

Autor de Correspondência

Maria Liz Cunha de Oliveira

QS 07, Lote 01, Taguatinga Sul. CEP: 71966-700-
Taguatinga. Brasília - Distrito Federal, Brasil.

lizcunhad@gmail.com